



Cadernos IHU Idéias

**Os Donos do Poder, de
Raymundo Faoro**

Helga Iracema Landgraf Piccolo

ano 2 - nº 19 - 2004 - 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Aloysio Bohnen, SJ

Vice-reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Coordenador

Inácio Neutzling, SJ

Cadernos IHU Idéias

Ano 2 – Nº 19 – 2004

ISSN 1679-0316

Editor

Inácio Neutzling, SJ

Conselho editorial

Dáris Corbellini

Laurício Neumann

Rosa Maria Serra Bavaresco

Vera Regina Schmitz

Responsável técnica

Rosa Maria Serra Bavaresco

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Revisão – Língua Portuguesa

Mardilê Friedrich Fabre

Revisão digital

Rejane Machado da Silva de Bastos

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.5908223 – Fax: 51.5908467

humanitas@poa.unisinos.br

www.ihu.unisinos.br

OS DONOS DO PODER, DE RAYMUNDO FAORO

Helga Iracema Landgraf Piccolo¹

Falar de Raymundo Faoro é falar de um autor que sem ser, em termos de formação acadêmica, um cientista social e/ou historiador (uma vez que era jurista) escreveu como se o fosse. A sua obra mais conhecida e mais comentada – *Os Donos do Poder* – o comprova. A repercussão da 1ª edição, que é de 1958, foi quase que imediata, se lembrarmos que, em 1959, a obra recebeu o Prêmio José Veríssimo, da Academia Brasileira de Letras. Aliás, diga-se de passagem, foi um vencedor de prêmios, porque, em 1978, recebeu um dos mais importantes prêmios então concedidos no Brasil, o Prêmio Moinhos Santista em Ciências Sociais.

Na 1ª edição, que saiu em Porto Alegre pela Editora Globo, os 14 capítulos de *Os Donos do Poder*, estavam distribuídos em 271 páginas. E, pela repercussão que teve, uma reedição foi esmerada. Quando da 2ª edição – publicada em dois volumes, com 750 páginas, em 1975 – o que chamou a atenção, não foi só a amplitude que a obra assumiu, mas também que ela estava sendo lançada numa co-edição entre a Editora Globo e a Editora da Universidade de São Paulo, que se associou ao empreendimento vitorioso, porque, a esta 2ª edição, seguiram-se muitas outras, tornando-se *Os Donos do Poder* uma das obras sobre História do Brasil mais reeditadas. A última edição que conheço é a 11ª, de 1997.

Não nos parece exagero afirmar que, para estas inúmeras reedições, contribuiu o Professor da Universidade de São Paulo Carlos Guilherme Mota, com sua tese de livre-docência *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, cuja 1ª edição, pela Editora Ática, é de 1977. Nesta obra, que tem um subtítulo – Pontos de partida para uma revisão histórica – Carlos Guilherme Mota, no IV Capítulo, intitulado *Nacionalismo, Desenvolvimentismo, Radicalismo: Novas Linhas da Produção Cultural*, incluiu (às páginas. 178-181) uma apreciação sobre *Os Donos do Poder*, valendo-se da 1ª edição. Raymundo Faoro foi visto como tendo analisado o

1 Doutora em História Social – Universidade de São Paulo – USP. Especialista em Didática do Ensino Superior – UNISINOS. Graduada em Geografia e História – UFRGS.

que Mota, na sua leitura da obra, considerava serem as “Razões da frustração do aparecimento da cultura brasileira”. Vejamos o que é dito:

Análise das mais penetrantes, e que surge em 1958 rompendo por dentro da linha de interpretação dos ideólogos da Cultura Brasileira, é a de Raymundo Faoro, sobre a formação do patronato político brasileiro, intitulada Os Donos do Poder. De inspiração weberiana, sua história se constitui a partir do enfoque em que privilegia o estamento burocrático na seqüência da História do Brasil, estamento esse responsável pela montagem e persistência de instituições anacrônicas, frustradoras de secessões que poderiam conduzir a “emancipação política e cultural. (p. 271).

Segundo Mota, para Faoro, não há uma Nação para o povo e, sim, para a perpetuação do poder estamental-burocrático. A alternativa se encontraria no livre desenvolvimento de um capitalismo industrial que ensejaria a criação de uma sociedade nacional conscientizada e, conseqüentemente, apta a desenvolver “uma cultura genuína”.

Carlos Guilherme Mota fez alguns reparos à obra de Faoro, parecendo-lhe que “encontramo-nos diante de uma contradição, elucidativa, dos dilemas teóricos e políticos daqueles anos 50”. Diz ele, comprovando a contradição:

Ao mesmo tempo em que se admite que a renovação só virá através dos “negativamente privilegiados em relação à minoria dominante”, afirma-se que, enquanto houver a reprodução do estamento burocrático, não surgirão condições para o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Carlos Guilherme Mota privilegiou, na sua leitura de *Os Donos do Poder*, apenas o capítulo XIV, último capítulo da 1ª edição, intitulado *O Estamento Burocrático no Brasil: conseqüências e esperanças*. Dessa leitura, ficou em aberto uma questão (que consideramos absolutamente pertinente) que ele formulou sob forma de pergunta:

O que se espera é que esses “negativamente privilegiados” se conscientizem da dominação estamental e forcem uma evolução para a ... instauração da sociedade de classes – em que eles continuarão a não ser os mais beneficiados?

Mas apesar disso, não deixou de elogiar no seu ensaio (é assim que Mota rotula a sua tese) o trabalho de Faoro (que por sinal fez parte da Banca Examinadora da Tese), afirmando:

De qualquer maneira, a obra constitui uma importante ruptura nos quadros teóricos que alimentavam a ideologia da Cultura Brasileira, seja pela vertente estamental (tipo Fernando de Azevedo), seja pela vertente marxista ortodoxa (tipo Basbaum, Sodré). Operava a partir de uma cisão fundamental entre ideologia e realidade – registrando a preca-

riedade do instrumental teórico e conceitual com o qual operavam os cientistas/ideólogos sociais e, em contrapartida, demonstrando o peso da ideologia da Cultura Brasileira (ou nacional), à qual ele próprio pagaria, criticando, algum preço.

Faoro, apesar da ampliação do texto de *Os Donos do Poder*, configurado na 2ª edição, escreveria, no seu Prefácio:

[...] que a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linhas fundamentais, invulnerável a treze anos de dúvidas e meditação. A forma, todavia, está quase totalmente refundida, outra a disposição dos assuntos, adequado o estilo às minhas exigências atuais. Houve o acréscimo de dois capítulos e a adição de inúmeras notas, ordenadas ao fim de cada capítulo, para orientar o leitor acerca das fontes de trabalho.

É de autoria do professor Francisco Iglésias a resenha que consideramos a mais pertinente e abrangente da obra *Os Donos do Poder*, publicada nos Cadernos do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais², instituição a qual o resenhista esteve, em vida, vinculado como docente e pesquisador.

Algumas informações dadas e/ou observações feitas pelo professor Iglésias permitem-nos melhor entender a obra de Faoro, que acalentava escrever um livro “sobre a sua área” – o Rio Grande do Sul, o que não aconteceu, e que só temos a lamentar. Em 1974, dele era publicado *Machado de Assis. A Pirâmide e o Trapézio*, pela Companhia Editora Nacional. A leitura de *Os Donos do Poder* evidencia que Faoro era um machadiano. “Objeto da paixão”, como afirma Iglésias, Faoro “captou o que o escritor revelava da sociedade brasileira [...] sobre as condições sociais dos personagens ou situações ilustrativas do caráter estamental da organização”, dando uma “contribuição valiosa para conhecimento do ficcionista”. Aliás, diga-se de passagem, que Faoro, quando jovem, cultivou a literatura, integrando o grupo que fazia, em Porto Alegre, no final dos anos 40 do século XX, a Revista Quixote.

Sobre Faoro, diz Iglésias que ele ilustra o “que já é lugar comum de que a melhor historiografia entre nós não se deve a historiadores, mas a sociólogos, cientistas políticos, economistas” (como o era o próprio resenhista). No contexto em que Iglésias fez a resenha, esta opinião podia ser aceita, mas, hoje, deve ser relativizada.

Os Donos no Poder constitui-se, inegavelmente, em obra de história “não só pelo estudo do processo evolutivo, como pela sensibilidade na captação do tempo”. Essa opinião é ex-

2 Cadernos nº 3, março de 1976.

pressa por Iglésias, lembrando que Faoro não cultivava profissionalmente a História. E mais: o curso jurídico o levou à “História Política, que é feita com pleno conhecimento do social, do econômico”. Afirmar que Faoro era um erudito, é confirmado pela leitura de sua obra. A erudição não vinha de pesquisas em arquivos, o que ele nunca fez. A sua bagagem de conhecimentos era fruto do domínio que tinha da historiografia pertinente, em que buscou o que era significativo. Ainda, conforme Iglésias, Faoro soube fazer a organização das suas leituras e contribuiu com idéias próprias”, embora nem sempre fosse original.

A centralidade do ensaio de Faoro é a onipresença e/ou onipotência do Estado no Brasil. Acentua o autor “a supremacia do Estado em toda a vida brasileira”. Portanto, filia-se Faoro ao grupo de investigadores que questionam o particularismo ou privatismo como dominante no Brasil. Contrapõe-se, pois, aos que defendem o poder, cuja índole “deixa de ser o da função política para ser o da função privada”. Nesse sentido, apenas para exemplificar, citamos Nestor Duarte, com sua obra *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, 2ª edição, lembrando que a 1ª é de 1939, em pleno Estado Novo). Afirmo este autor que:

O Estado como idéia, representação e poder, viria enfraquecer-se e padecer de inelutáveis vicissitudes no Brasil, ao se passar para o território colonial a organização social portuguesa. (p. 18).

E mais:

A ausência do Estado ou a sua imperfeita acomodação no dorso de uma sociedade que pôde subsistir prescindindo de sua presença [...]. (p. 122).

Faoro e Duarte ilustram as posições que dizem respeito à questão do primado do Estado sobre a sociedade ou o contrário, o primado da sociedade sobre o Estado. E, acoplada a esta questão, outra que é a existência de um “espírito capitalista que presidiu a colonização do país e a seu desenvolvimento posterior” (que é a posição de Faoro) ou a “relevância de uma experiência feudal brasileira” (que é a posição de Duarte). Entendemos que a historiografia já tem suficientemente, mostrado que as duas posições devem ser relativizadas, ou, como escreveu Fábio Wanderley Reis, em *Brasil: Estado e Sociedade em perspectiva*³, ao analisar o debate entre historiadores e cientistas sociais “em torno do diagnóstico adequado da estrutura social e política que se estabelece no Brasil nos primórdios da colonização, bem como das conseqüências de sua evolução posterior

3 In: *Cadernos do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais*, n. 2, dezembro de 1974.

para a conformação da realidade política brasileira de nossos dias”, diz ele:

Em síntese, portanto, o que temos não é o predomínio do estado sobre a sociedade ou vice-versa, mas antes um jogo complexo de forças integradoras e desintegradoras [...].

Aliás, o próprio Faoro, é bom lembrar, no Capítulo V – *A obra da centralização colonial* (isto é, sobre a instituição do governo dito geral no Brasil), afirma:

Era a unidade administrativa, judicial e financeira, assentada sobre a disciplina da atividade econômica. A obra empreendida no papel correspondeu, em grande parte, à execução na realidade. As distâncias grandes e as comunicações difíceis deixavam, nas dobras do manto de governo, muitas energias soltas, que a Coroa, em certos momentos, reprimirá drasticamente, e, em outros, controlará pela contemporalização. A rede oficial não cobrirá todo o mundo social, inaugurando, com o viço haurido nas capitânias, um dualismo de forças entre o Estado e a vida civil.

Faoro enfatiza o econômico no processo colonial português e ele foi “de tipo capitalista”. Se podem ser assinalados “traços de privatismo na organização interna”, eles não foram para ele o mais importante. Para o autor, o expansionismo ultramarino português decorreu de um “capitalismo politicamente orientado” e, em função dele, foi transposta para o Brasil toda a máquina político-administrativa e o que vai ter exercício é o estamento burocrático. Lembra Iglésias que a colonização, para Faoro, foi feita pela Coroa “através de comerciantes e agentes do capital, cooptados pelo governo e que constituem o grupo dominante – o estamento burocrático”. A expressão “estamento burocrático” que perpassa todo o texto e a sua utilização é, sem dúvida, uma das marcas registradas de *Os Donos do Poder*. A conotação weberiana do conceito é evidente, sendo a obra de Max Weber – *Economia e Sociedade* – uma referência largamente citada a partir do original em alemão *Wirtschaft und Gesellschaft*. Não é preciso lembrar que Weber foi um dos, senão o sociólogo que mais trabalhou com as categorias estamento e burocracia. Mas Faoro adverte, no já citado Prefácio à 2ª edição, que, “apesar de seu próximo parentesco”, o livro “não segue a linha de pensamento de Max Weber”. Aliás, também afirma não ser marxista.

Quando analisamos *Os Donos do Poder* e nele procuramos o que foi escrito sobre o chamado “período colonial”, dois aspectos chamam a atenção (ao menos para nós foi o que aconteceu): para explicar a época colonial, Faoro precedeu os três capítulos que dela tratam (IV, V e VI) de outros três (I, II e III) sobre o processo histórico português e sobre ele construiu a sua interpretação. O outro aspecto envolve uma advertência: é preciso

ter presente (e assim alertar o leitor) que o período colonial da História do Brasil ainda estava à espera de quem se debruçasse em profundidade sobre ele e o pesquisasse com base em novas perguntas e/ou questões formuladas que fugissem da tradicional história linear não problematizada (aliás, como hoje, em termos teórico-metodológicos, está sendo feito). Apesar de, em 1960, terem sido publicados os dois volumes sobre a *Época Colonial da História Geral da Civilização Brasileira*, que se constituíram em um grande avanço para a compreensão do processo histórico dos três primeiros séculos do Brasil luso, muitas lacunas só há pouco vêm sendo preenchidas, especificamente nas pesquisas feitas nos Programas de Pós-Graduação (PPGs).

Apenas a título de observação, queremos, ainda, falar de **um** equívoco e de **uma** omissão que também podem ser assinaladas. Quando falamos no singular (um/uma), isso está longe de significar que só pode ser assinalado um equívoco e uma omissão. Da leitura que cada um fez, faz ou fará, outros foram, são ou serão assinalados. O equívoco em que incorreu Faoro, e que nos chamou a atenção, diz respeito ao “mito da Ilha Brasil”. Neste particular, Faoro encampou a tese de um dos grandes historiadores portugueses – Jaime Cortesão. Mais uma vez dou a palavra ao professor Iglésias:

Como reparo teríamos a encampação da tese de Jaime Cortesão sobre a ocupação do Brasil pelos penetradores paulistas e outros como um plano previamente fixado e rigorosamente seguido, o mito da Ilha Brasil envolvida pelo Oceano e os rios da Prata e Amazonas, tese que (Faoro) considera “fascinante e bem alicerçada”. Fascinante é, sem dúvida, mas alicerçada em mito, como é comum na historiografia portuguesa, mesmo em um autor da categoria de Jaime Cortesão.

O mito que, na época em que Faoro escreveu já vinha sendo questionado, hoje não merece mais crédito. Remetemos o leitor à obra de Synésio Sampaio Góes Filho – *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas. Um ensaio sobre a formação de fronteiras do Brasil* (São Paulo: Martins Fontes, 1999). São sugestivas as palavras de Francisco Iglésias na “orelha” do livro, bem como o Prefácio de autoria de Arno Wehling.

A omissão que mais nos chamou a atenção foi não ter o autor tratado das manifestações do povo, isto é, dos movimentos sociais que ocorreram ou foram pensados no período colonial frente às diretrizes da política portuguesa com relação ao Brasil.

Conforme Faoro, em 1808, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, é consolidado o estamento burocrático. Uma estrutura administrativa obsoleta e inoperante vai ser mantida com a Independência. Diz o nosso autor:

[...] uma ordem metropolitana, reorganizada no estamento de aristocratas improvisados, servidores nomeados e con-

selheiros escolhidos, se superporia a um mundo desconhecido, calado, distante.

A Independência não extinguiu o regime colonial que apenas se modernizou. Permaneceu o “divórcio entre o Estado monumental, aparatoso, pesado e a nação, informe, indefinida, inquieta”. Conclui Faoro o Capítulo IX com respeito ao Segundo Reinado:

A reação centralizadora e monárquica, conservadora e oligárquica, trilhou o caminho da tradição, à sombra de D. João I e de D. João IV: ela forjou um imperador e o imperador a consolidou.

Faoro usa e abusa da expressão estamento burocrático, feito co-responsável pelo divórcio entre o Estado e a Nação, ao longo do período imperial. Mas para algumas afirmações falta a explicação, como acentua Iglésias. Diz o resenhista, de cujas críticas nos apropriamos:

A afirmativa de que o Estado se reequipa para as funções de condutor da economia, com o quadro de atribuições concentradas no estamento burocrático, armado em torno do Senado, dos partidos, do Conselho de Estado e da política centralizadora não tem poder explicativo.

Analisando o Sistema Político do Segundo Reinado (Cap. X), escreve Faoro:

Sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político-social, o conhecido e tenaz estamento burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos.

É claro que classe e estamento não se confundem. Faoro explica que a palavra estamento foi sugerida na Sociologia moderna por Max Weber (em *Economia e Sociedade*). No original (em alemão), é *stand*. Conforme Faoro, a palavra estamento foi incorporada ao português via o espanhol, derivada da mesma raiz da palavra Estado. Aí reside uma dificuldade: a da tradução. Segundo ele,

o estamento é uma comunidade amorfa, seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo qualificado para o exercício do poder. Ao contrário de classe, no estamento não vinga a igualdade das pessoas – o estamento é um grupo de membros cuja elevação se calca na desigualdade social. (p. 45-6)

Mas Faoro, em nenhum momento de sua obra (e o que nos interessa especificamente é o período imperial), esclarece o porquê de sua insistência no estamento burocrático. E disso resulta o que Iglésias salienta como “a interpretação é às vezes, frouxa”. E mais:

Se o livro pretende analisar os donos do poder e a formação do patronato político, poder-se-ia afirmar, em síntese, que o

poder é conduzido pelo estamento burocrático. O que não é dizer muito, pois cabia dizer quem é ele, quem o constitui [...]. Concluir que o poder pertence ao estamento burocrático exige algo mais para esclarecimento do processo, com o apontamento de quem ascende e comanda, a sua extração e conduta, em diferentes níveis. Essa análise ou prova não é feita por Faoro, que lhe falta a informação indispensável.

Para Faoro, a sociedade de classes só aparece no fim do Império e princípio da República, o que se constitui numa afirmativa importante, mas que coloca o difícil problema, tão caro a historiadores, do fim e da origem de um período. Essa sociedade de classes que emerge “no quadro estamental e hierárquico” do Império, é “comunitariamente seletiva e progressivamente fechada”. E com a República, diz Faoro, o “estamento se romperá, recuando ao segundo plano, dispersado mas não extinto [...] com a supremacia do setor militar” que, no Império, havia sido excluído pelo estamento. “O velho estamento imperial se dissolve num elitismo de cúpula, regredindo a estrutura patrimonialista para o âmbito local, local no sentido de entrelaçamento de interesses estaduais e municipais”.

A generalização – como se toda a Primeira República fosse um período homogêneo – deve ser criticada. E a citada supremacia militar só pode ser considerada até a emergência do governo civil, em 1894, com a eleição de Prudente de Moraes. Mas, afirmar, como é feito por Faoro, que “o federalismo, ainda que falseado (com o que se deve concordar) opõe-se ao sistema patrimonial, a cuja sombra medraria o estamento, reduzido às forças armadas, paralisadas pelos controles dispersivos das milícias estaduais”, deve ser questionado porque esta opinião sobre as forças armadas não se sustenta (ao menos esta é nossa opinião). E, para nós, da nossa leitura e releitura da obra, ficou uma dúvida para a qual não encontramos resposta convincente no texto: se o setor militar havia sido excluído pelo estamento durante o Império (portanto, não pertencia ao estamento), como as forças armadas na República são vistas por Faoro como estamento? Além do que, dizer isso, não fecha com o conceito de estamento que ele usou e ao qual há pouco nos referimos.

Sobre o período da República Velha, há pouca interpretação. O factual é privilegiado como se ele não fosse conhecido (Iglésias fala em “factual consabido”). A crítica, neste sentido, é válida, mas é preciso não esquecer que no contexto em que Faoro escreve sobre a República, a historiografia deixava a desejar. Foram as pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação que deram um novo perfil à República Velha. As boas obras – e são muitas – sobre o período, alimentaram-se dessas pesquisas. Como já foi dito, Faoro baseava-se na bibliografia existente (e basta ler as notas sobre as obras consultadas para

termos uma idéia das dificuldades que deve ter encontrado para fazer, do período, uma síntese interpretativa consistente).

Para Faoro, com a Revolução de 1930, o estamento retorna, atingindo “alto vigor” com o Estado Novo.

As críticas que podem (e devem ser feitas) invalidam a importância da obra *Os Donos do Poder*? Em absoluto. Mais uma vez nos apropriamos do julgamento feito pelo Prof. Iglésias:

(Faoro) fez livro importante de História, como fixação do sentido de uma política, pela leitura crítica de quanto se publicou como pesquisa de historiadores.

[...]

É um revisionismo que coloca problema básico, com instrumento teórico moderno e que abre discussão que dará profundidade à pálida historiografia oficial.

[...]

Quanto à estrutura, o livro é belo e bem construído. A língua é sóbria, correta, revelando em algumas passagens formação literária, de quem é escritor desde jovem. Há certas metáforas audaciosas [...] de sabor machadiano.

Mesmo afirmando que seria de mais valia que Faoro explicitasse melhor o que é, para ele, no Brasil, estamento burocrático, Iglésias assinala que o uso desta categoria enriqueceu o texto, porque “revela a preocupação com o quadro social e objetiva rigor que não se conhecia: falava-se em classe, de modo vago; dava-se importância desmedida aos proprietários, quando se tem agora, com a obra de Faoro, o realce de comerciantes, financistas, burocratas”. Esta observação pertinente de Iglésias – com a qual nos identificamos – nos leva a dizer que a obra *Os Donos do Poder* deve ser analisada, tomando-se como parâmetro o perfil da historiografia no contexto em que ela foi produzida. Como a referência é a 2ª edição (e Faoro não atualizou historiograficamente as edições seguintes), devemos ter presente o que até 1975 havia sido produzido em termos de conhecimento histórico. Lembramos, mais uma vez, que Faoro não fez pesquisa em arquivos, valendo-se unicamente de obras então disponíveis. Ora, apenas exemplificando com o período Imperial, Faoro não usou a tese de José Murilo de Carvalho, *Elite and State-Building in Imperial Brazil*, defendida na Universidade de Stanford em 1974, e cuja primeira parte, traduzida para o português com o título *A Construção da Ordem*, só seria publicada pela Editora Campus em 1980, e a segunda parte, com o título *Teatro de Sombras: a política imperial*, só em 1988, em co-edição pelo IUPERJ e Editora Vértice. Ora, José Murilo, quando elaborou a sua tese, era professor da Universidade Federal de Minas Gerais, instituição à qual também pertencia o professor Iglésias que, assim, teve logo acesso ao texto em inglês e daí citá-lo na sua Resenha sobre *Os Donos do Poder*, deixando claro, nas entrelinhas, que se Faoro a tivesse conhecido e consultado, sua

“síntese interpretativa” teria consistência, “sem ser contestada ou posta em dúvida”. Disso não temos dúvida e acrescentaríamos, entre outras tantas obras, a tese de Ilmar Rohloff de Mattos – *O Tempo Saquarema* – publicada em 1987 pela Hucitec em co-edição com o INL, que certamente teria levado Faoro a interpretações diferentes das que fez do período Imperial. E Fernando Uricoechea, com *O Minotauro Imperial*, tese desenvolvida dentro de rígidos parâmetros weberianos com destaque para *Dominação Patrimonial*, publicada em 1978, também seria um aporte enriquecedor. O título original é *Patrimonial Foundation of the Brazilian Bureaucratic State: Landlords, Prince and Militias in the XIX Century* (University of California, 1976).

Também, digamos de passagem, que os textos citados e que foram publicados depois de 1976 – ano em que foi publicada – e que, por isso não foram usados por Iglésias nas suas considerações, se o tivessem sido, dariam, certamente, outros contornos à Resenha no que concerne ao período Imperial.

Não quero que vocês nos interpretem mal. Não questionamos a interpretação feita por Faoro, uma vez que entendemos estar a interpretação alicerçada em dados empíricos sólidos e ser coerente com o ângulo da abordagem (no caso a ênfase no patrimonialismo e no correlato estamento burocrático), o que foi feito. O que quisemos foi mostrar que, com outros aportes historiográficos, hoje disponíveis, a interpretação poderia ser diferente, preenchendo lacunas que podem ser assinaladas no texto.

Para exemplificar, uma questão política importante: a Questão Platina está praticamente ausente em *Os Donos do Poder*. Não podemos esquecer que a Campanha da Cisplatina, a intervenção brasileira contra a aliança Oribe/Rosas e a Guerra do Paraguai interferiram significativamente no processo político do Brasil no período Imperial. E, como já foi assinalado sobre o período Colonial, também os movimentos sociais do século XIX não mereceram de Faoro uma atenção maior.

Antes de concluir, nós nos permitimos tocar em mais dois pontos e/ou aspectos que, ao ler a obra de Faoro, também nos chamaram a atenção.

1º) O Rio Grande do Sul, na obra *Os Donos do Poder*. É uma de nossas manias ler o que os autores de livros clássicos escreveram sobre o Estado. Nós o fizemos com Varnhagen – *História Geral do Brasil e História da Independência do Brasil* – e com Pedro Calmon – *História do Brasil e História Social do Brasil*.

Não é porque Faoro fosse sul-riograndense que ele deveria “puxar a brasa” para o seu estado natal. Mas como pretendia escrever uma obra sobre o Rio Grande do Sul, poder-se-ia esperar que a História do Rio Grande do Sul tivesse um espaço significativo em *Os Donos do Poder*. Quem assim pensou, como nós, ficou frustrado. Fatos (como a Guerra dos Farrapos e a Revolução Federalista) se são pouco citados, menos ainda são interpretados.

O mesmo pode ser dito dos personagens que, historicamente, foram importantes tanto no Império como na República (que é o caso de Silveira Martins, de Assis Brasil, de Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, Borges de Medeiros e, especialmente, Getúlio Vargas). É nos Capítulos XIV e XV, respectivamente sobre os Fundamentos Políticos da República Velha e sobre a Revolução de 30, que o Rio Grande do Sul mais aparece, embora palidamente. Nesse sentido, vale-se muito de Joseph Love, transcrevendo trechos do livro já clássico, traduzido como *O Regionalismo Gaúcho* e publicado pela Editora Perspectiva em 1975, ano em que saiu a 2ª edição de *Os Donos do Poder*. Faoro usa o original *Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930*, publicado pela Stanford University em 1971. Mas nada há em Faoro, em termos analíticos, que aproprie o que Love chamou de “Rio Grande do Sul como fator de instabilidade política”. É de assinalar que a obra de Love é, na bibliografia consultada por Faoro, o livro mais recente de que se valeu. Como já foi dito, o factual é privilegiado por Faoro, sem aportes inovadores.

O interessante é que outra obra clássica, a de Fernando Henrique Cardoso – *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, na sua 1ª edição (que é de 1962), é usada por Faoro no XIII capítulo, que trata das “tendências internas da República Velha”, quando fala sobre os limites da produção às exigências do mercado brasileiro. Lembramos, de passagem, que um texto de Fernando H. Cardoso, publicado na História Geral da Civilização Brasileira (Tomo II, 2º volume) e intitulado *Rio Grande do Sul e Santa Catarina* foi, tangencialmente usado por Faoro quando, no Capítulo IX sobre a *Reação Centralizadora e Monárquica*, fala rapidamente sobre as revoltas regenciais e nelas, como não podia deixar de fazer, cita a Guerra dos Farrapos.

Como também é perceptível nos capítulos sobre o Império, igualmente na parte do livro que trata da República no Brasil, há muita generalização que não se sustenta, na interpretação feita, quando aplicada ao Rio Grande do Sul, por exemplo.

O segundo ponto que ressaltamos é a utilização freqüente da parte de Faoro de uma bibliografia produzida e editada na Alemanha e que revela o seu domínio da língua alemã. Se o uso de bibliografia escrita em inglês, francês ou espanhol (da qual Faoro também não prescinde) já era bastante comum entre historiadores e cientistas sociais brasileiros na época em que foi publicada a 2ª edição de *Os Donos do Poder*, utilizar-se de referências bibliográficas em alemão não era freqüente (como hoje o é). O conhecimento que Faoro tinha da literatura estrangeira comprova por que também era conhecido como um escritor erudito. Essa erudição voltou a ser destaque, quando, em 1994, a Editora Ática publicou de sua autoria *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* Um excelente exercício intelectual é comparar esta obra com *Os Donos do Poder* no que diz respeito ao “pen-

samento político” e verificar os avanços interpretativos/analíticos do autor. O “estamento burocrático” não é mais o fio condutor e, sim, o liberalismo.

Ao iniciar o capítulo final, que tem o sugestivo título *A Viagem Redonda: do Patrimonialismo ao Estamento*, escreve Faoro:

De D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo.

Com esta afirmação, Faoro corrobora o que escreveu no Prefácio à Segunda Edição, ou seja: Um longo período, que vai do mestre de Avis a Getúlio Vargas, valoriza as raízes portuguesas de nossa formação política.

A leitura desta 2ª edição de *Os Donos do Poder* tornou mais inteligível o pensamento transcrito em alemão (sem que o autor seja citado), com o qual Faoro, como uma espécie de abertura, inicia sua obra clássica. Senão vejamos:

Nicht nur der Vernunft von Jahrtausenden – auch ihr Wahnsinn bricht an uns aus. Gefährlich ist es, Erbe zu sein.

Traduzindo:

Não apenas a razão de séculos – também sua alienação (loucura) se reflete em nós. Perigoso (arriscado) é, ser herdeiro.

E, para Faoro, no seu livro aqui comentado, somos herdeiros de tradições portuguesas, limitadoras de mudanças.

Quando, em 1980, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizou o Simpósio sobre os 50 anos da chamada Revolução de 30, Raymundo Faoro coordenou o Painel “O processo revolucionário e suas conseqüências”. Lembramos que, em *Os Donos do Poder*, o ensaio interpretativo de Faoro termina com essa “Revolução”, termo que ele, então, em 1980, com toda a razão, questionou. Iniciou sua fala, antes de dar a palavra aos painelistas, dizendo que o Simpósio deixaria “muitas interrogações e perplexidades”.

Concluimos nossa despreziosa participação neste 2º Ciclo de Estudos sobre o Brasil, apropriando-nos do que Faoro disse em 1980. Sua obra *Os Donos do Poder* também deixou aos seus leitores muitas interrogações e perplexidades. Temos consciência disso pela nossa prática docente universitária, quando introduzimos na bibliografia como leitura obrigatória, tanto na UFRGS como na UNISINOS, alguns capítulos da obra de Faoro. Os alunos devem ter-nos xingado, nos amaldiçoado, questionado a escolha, mas, num balanço final, muitos entenderam o porquê dessa escolha. A obra é efetivamente uma referência na produção do conhecimento histórico, apesar das críticas que a ela foram, são e serão feitas.

O tema deste caderno foi apresentado no II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, dia 20/05/04.

TEMAS DOS ÚLTIMOS CADERNOS IHU IDÉIAS

- N. 01 – *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel.
- N. 02 – *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert.
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss.
- N. 03 – *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó.
- N. 04 – *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer.
- N. 05 – *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch.
- N. 06 – *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro.
- N. 07 – *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp.
- N. 08 – *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte.
- N. 09 – *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos.
- N. 10 – *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo.
- N. 11 – *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi.
- N. 12 – *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi.
- N. 13 – *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert.
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt

- N. 15 – *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel.
- N. 16 – *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Krischke Leitão.
- N. 17 – *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri.
- N. 18 – *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida